



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

Aviso de

DISPENSA DE LICITAÇÃO

09/2024

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PA (200075)

OBJETO

Locação de 01 (um) micro-ônibus com capacidade mínima de 22 passageiros, ar condicionado, quilometragem livre, com motorista/pernoite/alimentação e combustível inclusos para percurso entre os municípios de Santarém - Itaituba - Comunidade Pimental.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 16.888,00

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 02/07/2024

Até 05/07/2024 às 12:00h



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.	3
3. DO ENVIO DA PROPOSTA.....	4
4. SANÇÕES	4
5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2024
Processo de Gestão Administrativa nº 1.23.000.001417/2024-15

Torna-se público que a Procuradoria da República no Pará, por meio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

Data do encerramento de envio das propostas: 05/07/2024

Link: <https://aplicativos.mpf.mp.br/ouvidoria/app/login/?jsessionid=node01l0vcma9cbw63j5gystro2bvp12873.node0>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a locação de 01 (um) micro-ônibus com capacidade mínima de 22 passageiros, ar condicionado, quilometragem livre, com motorista/pernoite/alimentação e combustível inclusos para percurso entre os municípios de Santarém - Itaituba - Comunidade Pimental
- 1.2. A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante no Termo de Referência.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

- 2.1. A participação na presente dispensa de licitação se dará mediante o envio de proposta por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço eletrônico <https://aplicativos.mpf.mp.br/ouvidoria/app/login/?jsessionid=node01l0vcma9cbw63j5gystro2bvp12873.node0> ou para o e-mail prpa-cpl@mpf.mp.br.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

2.2. A participação na presente licitação é exclusiva para pessoa física, microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123.

3. DO ENVIO DA PROPOSTA

3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico do Ministério Público Federal ou por e-mail, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para encerramento do recebimento das propostas.

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. Para a proposta apresentada por pessoa física será acrescentado o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração ([Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021](#)).

4. SANÇÕES

4.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

4.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

- 4.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 4.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 4.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 4.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 4.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 4.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 4.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 4.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 4.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 4.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 4.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - 4.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 4.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 4.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 4.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 4.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 4.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 4.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 4.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 4.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

4.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

4.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

4.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

4.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

4.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O procedimento será divulgado no endereço eletrônico <https://www.mpf.mp.br/pa/transparencia/dispensa-de-licitacao/dispensa-eletronica-lei-n-o-14-133-2021-1/2024>.

5.2. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

5.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as comunicações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

5.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

5.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

5.7. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

5.8. O aviso de contratação direta, bem como, todos os demais anexos estão disponíveis no Portal da Transparência do MPF/Pa para consulta e/ou download no seguinte endereço eletrônico: <https://www.mpf.mp.br/pa/transparencia/dispensa-de-licitacao/dispensa-eletronica-lei-n-o-14-133-2021-1/2024>

5.9. Maiores esclarecimentos podem ser solicitados pelo e-mail prpa-cpl@mpf.mp.br.

5.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

5.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;

5.10.2. ANEXO II – Declarações

Belém, 02 de julho de 2024

JEFFERSON LIMA FEIJO
SUPERVISOR DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS